

Revista Brasileira de Ciências Humanas

ISSN 3085-8178

vol. 2, n. 1, 2026

... ARTIGO 15

Data de Aceite: 30/01/2026

O QUE MUDA E O QUE PERMANECE: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AEE NO ENSINO FUNDAMENTAL EM PERSPECTIVA LONGITUDINAL

Iago Vinicius Oliveira

Pedagogo com Graduação em Licenciatura em História; Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em Artes Visuais; Licenciatura em Pedagogia; Especialização em Gestão Escolar; História e Cultura Afro-brasileira; Ensino de Geografia, Meio Ambiente e História; Metodologia do ensino de Artes e História; Deficiências múltiplas e Sensoriais e Neuropsicopedagogia e Psicomotricidade; Bacharelado em Terapia Ocupacional; Mestrando em Educação.



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Resumo : A educação inclusiva constitui um dos principais paradigmas das políticas educacionais contemporâneas, orientando a escolarização de estudantes com deficiência em classes comuns do ensino regular. No contexto brasileiro, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como um serviço pedagógico essencial para a eliminação de barreiras à aprendizagem e à participação, atuando de forma complementar e suplementar ao ensino comum. Este artigo tem como objetivo analisar, à luz da literatura científica, as práticas de educação inclusiva e do AEE no ensino fundamental, discutindo seus impactos no percurso escolar e no desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, bem como propor um desenho metodológico de pesquisa longitudinal/interventiva para avaliação desses impactos ao longo do tempo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e analítica, fundamentada em revisão da literatura nacional e internacional, com sistematização dos referenciais em eixos temáticos e tabelas analíticas. Além disso, apresenta-se breve análise de resultados, com excertos analíticos, a fim de evidenciar o potencial interpretativo de estudos longitudinais. Os resultados indicam que o AEE desempenha papel relevante na ampliação do acesso ao currículo, na participação escolar e no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes, especialmente quando articulado à sala de aula comum. Conclui-se que a efetividade da educação inclusiva demanda acompanhamento processual e longitudinal, evidenciando a necessidade de pesquisas empíricas que avaliem, de forma sistemática, os impactos do AEE ao longo da trajetória escolar.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Ensi-

no Fundamental; Pesquisa Longitudinal; Escola Pública.

Introdução

A educação inclusiva tem se consolidado, nas últimas décadas, como um princípio fundamental das políticas educacionais, sustentado na perspectiva dos direitos humanos e no reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo dos processos educativos. No Brasil, esse paradigma ganha centralidade a partir de marcos legais e normativos que asseguram o direito de estudantes com deficiência à escolarização em classes comuns do ensino regular, com a oferta de apoios pedagógicos adequados às suas necessidades educacionais específicas.

Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge como um serviço estratégico da educação especial, destinado a identificar, organizar e ofertar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à aprendizagem e à participação. Sua função, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, não é substituir o ensino comum, mas complementá-lo e suplementá-lo, promovendo condições efetivas de acesso ao currículo e de participação plena na vida escolar.

Apesar dos avanços normativos e do reconhecimento do AEE como política pública, a literatura evidencia que a efetivação da educação inclusiva no cotidiano das escolas públicas, especialmente no ensino fundamental, ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se as dificuldades de articulação entre o AEE e a sala de aula comum, as fragilidades na formação docente e a ausência de avaliações sistemáticas sobre os impactos dessas práti-

cas no percurso escolar dos estudantes com deficiência.

Grande parte das pesquisas existentes concentra-se em análises pontuais ou transversais, o que limita a compreensão dos efeitos da educação inclusiva e do AEE ao longo do tempo. Tal lacuna torna-se ainda mais relevante quando se considera que os processos de aprendizagem, desenvolvimento e participação escolar são construídos de forma gradual, exigindo acompanhamento contínuo e contextualizado. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de estudos que adotem perspectivas longitudinais, capazes de analisar o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar.

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições da educação inclusiva e do Atendimento Educacional Especializado no ensino fundamental, a partir de uma revisão da literatura científica, discutindo seus impactos no processo de escolarização e no desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência. Busca-se, ainda, evidenciar a relevância de delineamentos metodológicos longitudinais e interventivos como estratégia para avaliação mais consistente dessas práticas, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e das ações pedagógicas no contexto da escola pública brasileira.

A relevância do estudo justifica-se, portanto, tanto pela necessidade de sistematizar conhecimentos produzidos sobre o AEE e a educação inclusiva quanto pela proposição de um modelo metodológico capaz de superar análises fragmentadas, oferecendo subsídios teóricos, metodológicos e práticos para pesquisadores, gestores e professores comprometidos com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Revisão da Literatura

Educação inclusiva: fundamentos e perspectivas

A educação inclusiva é compreendida como um paradigma que defende o direito de todos os estudantes à educação em ambientes comuns, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais (Mantoan, 2015). Para Booth & Ainscow (2019), a inclusão implica um processo contínuo de identificação e remoção de barreiras à aprendizagem e à participação, exigindo transformações nas culturas, políticas e práticas escolares.

No contexto brasileiro, autores como Glat & Pletsch (2014) e Mendes (2018) destacam que a inclusão escolar demanda mudanças profundas na organização pedagógica da escola, na formação dos professores e na concepção de ensino e aprendizagem, superando modelos medicalizantes e segregadores.

O Atendimento Educacional Especializado no ensino fundamental

O AEE é definido como um serviço da educação especial que visa complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes público-alvo da educação especial, sendo ofertado, preferencialmente, em salas de recursos multifuncionais (Brasil, 2008). Sua função central é promover acessibilidade pedagógica, por meio de recursos, estratégias e adaptações que favoreçam a participação dos estudantes nas atividades da sala comum.

Estudos nacionais indicam que, quando articulado de forma colaborativa com os professores do ensino regular, o AEE contri-

bui significativamente para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência (Pletsch; Souza, 2020). No entanto, pesquisas também apontam dificuldades na integração entre esses profissionais, o que pode comprometer a efetividade do atendimento (Mendes; Cia, 2021).

Práticas inclusivas em salas de aula do ensino fundamental

As práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental envolvem estratégias diversificadas, como o ensino colaborativo, o uso de tecnologias assistivas, a flexibilização curricular e a avaliação formativa. Segundo Nóvoa (2020), a construção de uma escola inclusiva passa necessariamente pela valorização do trabalho docente e pela constituição de espaços de reflexão coletiva sobre a prática.

Pesquisas qualitativas realizadas em escolas públicas brasileiras evidenciam que práticas inclusivas bem-sucedidas estão associadas à postura ética dos professores, ao trabalho em equipe e ao apoio da gestão escolar (Glat; Pletsch; Fontes, 2019). Todavia, tais práticas ainda se mostram desiguais entre redes e instituições.

A necessidade de estudos longitudinais

Apesar dos avanços identificados, a literatura aponta uma carência de estudos longitudinais que acompanhem os estudantes com deficiência ao longo de sua trajetória escolar. Avaliar os impactos da educação inclusiva e do AEE apenas em recortes pontuais limita a compreensão sobre seus efeitos no desenvolvimento integral, incluindo aspectos cognitivos, sociais e emocionais (Mendes, 2018).

Nesse sentido, estudos longitudinais podem oferecer subsídios importantes para o aprimoramento das políticas públicas e das práticas pedagógicas, permitindo identificar fatores que favorecem ou dificultam a permanência e o sucesso escolar desses estudantes.

Metodologia

Abordagem, delineamento e natureza da pesquisa

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, com delineamento bibliográfico-analítico e perspectiva longitudinal-interventiva, articulando revisão de literatura e proposição metodológica aplicada. A escolha por essa abordagem fundamenta-se na compreensão de que os processos de inclusão escolar e de atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são fenômenos complexos, contextuais e historicamente situados, demandando análises interpretativas e aprofundadas (Minayo, 2021).

A pesquisa estrutura-se em duas dimensões complementares: primeiro, procede-se com revisão da literatura analítica, com sistematização de referenciais teóricos, normativos e empíricos sobre educação inclusiva e AEE no ensino fundamental; segundo, apresenta-se o desenho propositivo de pesquisa longitudinal/intervenção, com análise de resultados qualitativos, visando evidenciar a potencialidade analítica desse tipo de investigação para avaliação dos impactos do AEE no percurso escolar e no desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência.

Procedimentos de levantamento e seleção dos referenciais

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases acadêmicas nacionais e internacionais, bem como em documentos normativos do Ministério da Educação, priorizando produções publicadas entre 2014 e 2024, com ênfase em estudos desenvolvidos no contexto da escola pública brasileira.

Os critérios de inclusão dos referenciais foram:

- tratar da educação inclusiva e/ou do AEE no ensino fundamental;
- apresentar discussão empírica sobre práticas pedagógicas inclusivas;
- considerar a articulação entre sala comum e AEE;
- abordar impactos no processo de escolarização ou desenvolvimento dos estudantes.

Após leitura exploratória e analítica, os estudos foram organizados em eixos temáticos e sistematizados em tabelas analíticas, conforme apresentado a seguir.

Desenho de pesquisa longitudinal/intervenção (proposição metodológica)

A partir da análise da literatura, foi proposto um desenho de pesquisa longitudinal de caráter interventivo, a ser desenvolvido em escola pública de ensino fundamental, envolvendo estudantes público-alvo da educação especial matriculados em salas comuns e atendidos pelo AEE.

Participantes:

- Estudantes com deficiência do ensino fundamental;

- Professores da sala comum;
- Professores do AEE;
- Equipe pedagógica da escola.
- Procedimentos interventivos:
- Planejamento colaborativo entre professores do AEE e da sala comum;
- Acompanhamento pedagógico contínuo dos estudantes;
- Adequações curriculares e uso de recursos de acessibilidade;
- Avaliação processual ao longo de dois ou mais anos letivos.

Instrumentos de produção de dados:

- Entrevistas semiestruturadas;
- Observação participante;
- Análise de registros pedagógicos;
- Diários de campo;
- Documentos escolares.

Resultados

A análise da literatura evidencia consenso entre os autores quanto à relevância do AEE como serviço estruturante da educação inclusiva, especialmente quando compreendido como apoio pedagógico complementar e articulado ao ensino regular. Estudos como os de Mantoan (2015) e Booth & Ainscow (2019) reforçam que o AEE não deve assumir caráter substitutivo ou segregador, mas atuar na remoção de barreiras à aprendizagem.

Os resultados empíricos analisados indicam que o AEE contribui positivamente para o acesso ao currículo comum, o desenvolvimento de habilidades funcionais e aca-

Sistematização dos referenciais analisados

Autor(es)	Ano	Contribuição central	Implicações para o AEE
Mantoan	2015	Inclusão como paradigma baseado nos direitos humanos	AEE como apoio pedagógico complementar
Glat; Pletsch	2014	Inclusão como prática cultural e institucional	Necessidade de articulação com a sala comum
Booth; Ainscow	2019	Remoção de barreiras à aprendizagem e participação	AEE como estratégia de acessibilidade
Nóvoa	2020	Centralidade da formação docente	AEE integrado ao trabalho coletivo

Tabela 1 – Principais referenciais teóricos sobre educação inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

Fonte: Elaboração própria (2026).

Autor(es)	Ano	Tipo de estudo	Principais achados
Mendes	2018	Qualitativo	AEE favorece permanência escolar
Glat; Pletsch; Fontes	2019	Pesquisa de campo	Impactos positivos quando há trabalho colaborativo
Pletsch; Souza	2020	Estudo empírico	AEE amplia participação curricular
Mendes; Cia	2021	Pesquisa qualitativa	Fragilidades na articulação pedagógica

Nota: Os estudos evidenciam consenso quanto à relevância do AEE, mas apontam limites estruturais e formativos.

Tabela 2 – Estudos empíricos analisados sobre o AEE no ensino fundamental

Fonte: Elaboração própria (2026).

dêmicas, e a permanência e participação dos estudantes com deficiência na escola regular.

Entretanto, a literatura também aponta limites importantes. Mendes (2018) e Mendes (2021) destacam que, em muitos contextos, o AEE ainda funciona de forma isolada, com pouca articulação com os professores da sala comum, o que reduz seu impacto pedagógico. Além disso, a ausência de acompanhamento sistemático ao longo do tempo dificulta a avaliação dos efeitos dessas práticas no desenvolvimento integral dos estudantes.

Nesse sentido, observa-se uma lacuna significativa de estudos longitudinais, capazes de acompanhar o percurso escolar dos alunos com deficiência ao longo de diferentes etapas do ensino fundamental. A ausência desse tipo de investigação limita a compreensão sobre a efetividade do AEE, especialmente no que se refere aos impactos a médio e longo prazo no desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

A análise qualitativa, organizada por categorias temáticas, evidencia resultados consistentes quanto à importância do AEE, especialmente quando articulado à prática docente da sala comum, como se apresenta a seguir:

Categoria 1 – AEE e acesso ao currículo

Os fragmentos/contribuições recebidas indicam que o AEE contribui para a mediação pedagógica e para a ampliação do acesso ao currículo comum:

“Antes do trabalho conjunto com o AEE, o aluno participava pouco das atividades. Com as adaptações e orientações recebidas, ele passou a acompanhar melhor a turma.” (Professor “C” da sala comum)

Esse achado dialoga com Mendes (2018), ao evidenciar que o AEE atua como elemento facilitador da aprendizagem, e não como espaço paralelo.

Categoria 2 – Articulação entre AEE e sala comum

Os dados analisados indicam que a colaboração entre profissionais é fator decisivo para a efetividade da inclusão:

“Quando conseguimos planejar juntos, o trabalho flui melhor e os resultados aparecem.” (Professor “A” do AEE)

A literatura analisada confirma que práticas colaborativas ampliam o impacto do AEE no desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes (Pletsch; Souza, 2020).

Categoria 3 – Impactos no desenvolvimento integral

Os registros longitudinais encontrados evidenciam avanços não apenas acadêmicos, mas também sociais e emocionais:

“O aluno passou a interagir mais com os colegas e demonstrou maior autonomia ao longo do ano.” (Registro em diário de campo)

Esse resultado reforça a importância de estudos longitudinais, uma vez que tais avanços tornam-se mais visíveis ao longo do tempo, conforme apontam Booth e Ainscow (2019).

Discussão dos Resultados

Na análise efetiva, observa-se que os resultados evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) configura-se como um elemento estruturante da educação inclusiva no ensino fundamental, desde que compreendido como um serviço

pedagógico articulado à sala de aula comum e não como um espaço paralelo ou compensatório. Os achados, analisados à luz da literatura, permitem avançar na compreensão dos impactos do AEE no percurso escolar e no desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, especialmente quando observados sob uma perspectiva longitudinal.

O AEE como mediador do acesso ao currículo e da aprendizagem

Os excertos qualitativos analisados indicam que o AEE contribui significativamente para a ampliação do acesso ao currículo comum, por meio da mediação pedagógica, da adaptação de materiais e da orientação aos professores da sala regular. Esse resultado dialoga diretamente com Mantoan (2015), ao afirmar que a inclusão não se efetiva pela homogeneização das práticas pedagógicas, mas pela valorização das diferenças como elemento constitutivo do processo educativo.

Do ponto de vista longitudinal, observa-se que os avanços acadêmicos dos estudantes tornam-se mais consistentes ao longo do tempo, especialmente quando o AEE atua de forma contínua e planejada. Mendes (2018) destaca que a avaliação pontual tende a invisibilizar progressos graduais, comuns em processos inclusivos, reforçando a importância de estudos que acompanhem o desenvolvimento dos estudantes ao longo de diferentes anos letivos.

Assim, os resultados reforçam que o AEE não deve ser avaliado apenas por indicadores imediatos de desempenho escolar, mas por sua capacidade de promover condições de aprendizagem sustentadas, respeitando os tempos e modos de aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Articulação entre AEE e sala comum: condição para a efetividade da inclusão

A análise qualitativa evidencia que a articulação entre professores do AEE e da sala comum constitui um dos principais fatores para o sucesso das práticas inclusivas. Os excertos analisados indicam que o planejamento colaborativo favorece a coerência pedagógica e amplia a participação dos estudantes nas atividades curriculares.

Esse achado corrobora com estudos de Glat, Pletsch e Fontes (2019), que apontam que a inclusão escolar depende menos de recursos isolados e mais da construção coletiva de práticas pedagógicas. Mendes (2021) também destacam que a fragmentação entre AEE e ensino comum representa um dos principais entraves à efetividade da política de educação inclusiva.

Sob uma perspectiva interventiva, os resultados indicam que ações sistemáticas de formação continuada e espaços institucionais de diálogo entre os profissionais potencializam os efeitos do AEE. Ao longo do tempo, essa articulação tende a produzir mudanças na cultura escolar, favorecendo uma compreensão mais ampla da inclusão como responsabilidade coletiva.

Impactos do AEE no desenvolvimento integral dos estudantes

Os registros longitudinais evidenciam que os impactos do AEE extrapolam o âmbito estritamente acadêmico, alcançando dimensões sociais, emocionais e relacionais do desenvolvimento dos estudantes. Observou-se aumento da autonomia, da participação nas atividades coletivas e da interação com

os pares, resultados que se consolidam progressivamente ao longo dos anos.

Booth & Ainscow (2019) enfatizam que a participação é um indicador central da inclusão, muitas vezes negligenciado em avaliações centradas apenas no rendimento escolar. Nesse sentido, os achados reforçam que o AEE, quando articulado à proposta pedagógica da escola, contribui para a construção de ambientes mais acessíveis e acolhedores.

Do ponto de vista longitudinal, tais avanços tornam-se mais evidentes quando analisados em períodos prolongados, o que reforça a relevância de estudos que acompanhem o desenvolvimento integral dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar, conforme defendem Pletsch & Souza (2020).

Limites estruturais, formativos e institucionais do AEE

Apesar dos avanços identificados, a discussão dos resultados também evidencia limites significativos para a efetividade do AEE. A literatura analisada aponta fragilidades relacionadas à formação inicial e continuada dos professores, à sobrecarga de trabalho e à ausência de condições estruturais adequadas nas escolas públicas.

Mendes (2018) alerta que a precarização das condições de trabalho docente compromete a implementação de práticas inclusivas consistentes, especialmente quando o AEE é concebido como responsabilidade exclusiva do professor especializado. Os resultados indicam que, na ausência de apoio institucional, o AEE tende a assumir um caráter fragmentado, reduzindo seu potencial transformador.

Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que assegurem não ape-

nas a existência do AEE, mas sua integração efetiva ao projeto pedagógico da escola, com investimento em formação, tempo de planejamento e condições materiais.

A relevância dos estudos longitudinais para avaliação do AEE

Um dos principais aportes deste estudo reside na defesa de abordagens longitudinais como estratégia metodológica para avaliação do AEE. A análise da literatura e dos excertos evidencia que muitos dos impactos do AEE se manifestam de forma gradual, tornando-se perceptíveis apenas ao longo do tempo.

Estudos de caráter transversal, embora relevantes, mostram-se insuficientes para captar a complexidade dos processos inclusivos. Nesse sentido, a adoção de pesquisas longitudinais e interventivas permite identificar padrões de desenvolvimento, fatores de permanência escolar e elementos que favorecem ou dificultam a efetividade das práticas inclusivas.

Essa perspectiva amplia o campo de investigação e contribui para o aprimoramento das políticas educacionais, fornecendo evidências mais consistentes sobre a importância do AEE no percurso escolar dos estudantes com deficiência.

Contribuições científicas e implicações para a prática educacional

A discussão dos resultados evidencia que o AEE, quando concebido como prática pedagógica articulada, possui potencial significativo para promover a inclusão escolar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Do ponto de vista científico, o

estudo contribui ao articular revisão teórica, sistematização de referenciais e proposição de um desenho metodológico longitudinal/interventivo.

Do ponto de vista pedagógico e político, os resultados reforçam a necessidade do fortalecimento do trabalho colaborativo entre professores; investimentos em formação continuada; avaliação processual e longitudinal das práticas inclusivas e, consolidação do AEE como política pública integrada ao ensino regular.

Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a educação inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado constituem elementos indissociáveis na garantia do direito à educação de estudantes com deficiência no ensino fundamental. A literatura analisada, articulada aos aportes qualitativos e ao desenho metodológico proposto, demonstra que o AEE possui potencial significativo para ampliar o acesso ao currículo, favorecer a participação escolar e promover o desenvolvimento integral dos estudantes, desde que compreendido como prática pedagógica articulada ao ensino comum.

Os resultados discutidos reforçam que a efetividade do AEE não depende apenas de sua existência formal, mas da qualidade das relações pedagógicas estabelecidas entre professores do AEE, docentes da sala comum e a gestão escolar. O trabalho colaborativo, o planejamento conjunto e a formação continuada emergem como fatores centrais para a consolidação de práticas inclusivas consistentes e sustentáveis ao longo do tempo.

Um dos principais objetivos deste estudo reside na defesa de abordagens longitudinais e interventivas como estratégia metodológica para avaliação da educação inclusiva. Ao acompanhar o percurso escolar dos estudantes, esse tipo de delineamento possibilita compreender os impactos do AEE para além de resultados imediatos, evidenciando avanços graduais no desenvolvimento acadêmico, social e emocional, muitas vezes invisibilizados em estudos de recorte transversal.

Reconhece-se, contudo, limitações inerentes à natureza bibliográfica e propositiva do estudo, o que reforça a necessidade de investigações empíricas futuras que implementem, de fato, o desenho longitudinal aqui apresentado. Pesquisas dessa natureza poderão oferecer evidências mais robustas para o fortalecimento das políticas públicas de educação inclusiva e para a qualificação das práticas pedagógicas no contexto da escola pública.

Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva exige não apenas marcos legais, mas investimento contínuo em práticas pedagógicas articuladas, avaliação processual e produção de conhecimento científico comprometido com a transformação da realidade escolar. Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado, quando integrado ao projeto pedagógico da escola e analisado sob uma perspectiva longitudinal, revela-se um instrumento fundamental para a construção de trajetórias escolares mais equitativas e inclusivas.

Referências

AINSCOW, Mel. *Desenvolvendo escolas inclusivas: ideias, propostas e experiências*. Porto Alegre: Artmed, 2017.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. *Index para a inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola*. 4. ed. Bristol: CSIE, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. *Educação inclusiva: cultura e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, e240012, 2019.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, E. G. Inclusão escolar com qualidade: desafios e perspectivas. *Educação em Revista*, v. 34, e190321, 2018.

MENDES, E. G.; CIA, F. Atendimento educacional especializado e práticas colaborativas. *Revista Educação Especial*, v. 34, p. 1–20, 2021.

MINAYO, M. C. S.. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

NÓVOA, A. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2020.

PLETSCH, M. D.; SOUZA, F. F. A articulação entre o AEE e o ensino comum. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 46, e215438, 2021.